

MARCIO MOREIRA ALVES

de Brasília



'Cosi è si vi pare'

• As conversas sobre a tardia confissão do senador José Roberto Arruda transformaram ontem o Senado num palco da peça de Pirandello "Assim é se lhe parece". *Cosi è si vi pare*. Os diálogos não chegariam a formar um texto capaz de conquistar um prêmio Nobel, mas a variedade de posições mostrou, mais uma vez, como é frágil o apego dos eleitos às regras do regimento e aos ditames da moral.

A confissão de Arruda teve interpretações divergentes. O líder do governo no Congresso, Arthur Virgílio, confessou ter ficado comovido com o acesso de franqueza do correligionário. Na quinta-feira, quando Arruda mentiu ao Senado com igual ênfase, dizendo que nada pedira a Regina Borges e que nada tinha a ver com o caso, Virgílio também se declarou impressionado. Tem uma natureza bastante crédula e impressionável. Alguns outros senadores se declararam igualmente sensibilizados com o espetáculo de um colega chorando na tribuna, pedindo desculpas a todos, inclusive aos filhos e aos eleitores. O corregedor, delegado Romeu Tuma, que não deve se emocionar com choros, disse apenas que a confissão facilitaria o seu trabalho de apuração. Na mesma linha falou Ramez Tebet, presidente do Conselho de Ética. Dura, mesmo, foi a senadora Marina Silva. Disse que a confissão não elimina o crime, nem deve abrandar a pena.

O que o discurso fez foi jogar a bola no campo do senador Antonio Carlos Magalhães, que também nega qualquer participação na violação do painel do Senado. No entanto, Arruda revelou ter levado a lista de votação em mãos ao seu gabinete e que, juntos, a examinaram, nome por nome, fazendo comentários. Presenciou ainda o telefonema de agradecimento de ACM a Regina Borges. Há grande expectativa sobre o que ACM dirá no discurso desta tarde e no depoimento de amanhã. Caso insista numa versão previamente desmentida, sua situação perante seus pares ficará periclitante. Mais uma demonstração de arrogância pode lhe custar o mandato, demolindo o que Helena Chagas chamou, na coluna de segunda-feira, de acordinho. O acordinho, desejado pela maioria, seria uma punição intermédia a ambos os senadores. Teriam os mandatos suspensos por tempo determinado, não cassados. Alguns senadores acham que a humilhação teria um efeito desastroso no futuro político de ambos os personagens. A aura de onipotência que envolve ACM na Bahia seria golpeada e as ambições de vir a ser governador do Distrito Federal, entretidas por Arruda, já se desvaneceram no ar.

Correm, no Senado, boatos sobre anteriores violações do painel de votação secreta. Os entendidos em informática observam que,

se assim não fosse, seria impossível escrever em tão pouco tempo o programa que permitiu a entrada e a saída dos técnicos do Prodasen no sistema de segurança do painel. Um programa complexo como esse não é escrito com perfeição da primeira vez. Precisa ser testado e corrigido, o que exige tempo, que não houve no caso. Fala-se muito na votação que aprovou a indicação para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central de Tereza Grossi, que fora indiciada por improbidade administrativa pelo Ministério Público e, no caso do repasse de R\$ 1,5 bilhão de dinheiro público para os bancos Marka e FonteCidam, cometera um ato no mínimo temerário depois de advertida dos riscos por colaboradores. Nesse caso, o empenho do governo era tanto que o presidente Fernando Henrique Cardoso mandara uma inusitada carta de aval da funcionária ao Senado e Arminio Fraga fizera pessoalmente *lobby* junto aos senadores. Regina Borges sucedera no Prodasen ao ex-ministro Eduardo Jorge, encarregado de acompanhar as votações no Congresso durante o primeiro mandato presidencial de FH.

Uma das consequências de tudo isso é que se busca um novo líder do governo no Senado. José Fogaça está descartado por ter lembrado ao emissário que o procurou, o assessor presidencial Moreira Franco, que assinara a CPI da Corrupção e que não retiraria a assinatura. Logo, foi ele e não Moreira Franco quem colocou o problema. Geraldo Melo, que as chamadas altas fontes do Planalto dizem ser do agrado do presidente, não foi ouvido nem sondado enquanto Fernando Henrique estava no Canadá. Uma decisão dessa importância não é tomada na ausência do presidente.

Outra consequência é o debate sobre a manutenção ou não do sigilo do voto dos parlamentares. Voto secreto de quem é eleito é uma norma antidemocrática, de vez que subtrai à opinião pública o comportamento de seus eleitos.

Finalmente: há a tendência de aplicar a mesma pena dada aos dois senadores envolvidos no caso do painel ao senador Jader Barbalho, acusado de ter enriquecido à custa do poder público. Embora roubar seja mais grave do que violar o sigilo do voto dos senadores, seria uma maneira de retirá-lo da presidência do Senado.

Cosi è si vi pare.